

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.456.896 - SP (2019/0053390-4)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **G T**
ADVOGADO : **CRISTIANO ROBERTO SCALI E OUTRO(S) - SP162912**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **G T**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 507):

APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

- Nulidade processual. Inocorrência. Contagem dos prazos para o Ministério Público. Termo inicial. Data da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão, sendo irrelevante que a intimação pessoal tenha ocorrido em audiência, em cartório ou por mandato. Processo digital, onde se abriu vista ao parquet através da publicação de intimação. Prejuízo não demonstrado pela recorrente.

- Captação de votos. Oferta de vantagem. Conduta incompatível. Inteligência dos art. 139, § 3º, do ECA. Idoneidade moral exigida pelos arts. 133 e 135 do mesmo estatuto.

- Prova testemunhal do fato. Suficiência. Precedentes da Câmara Especial. Sentença mantida.

RECURSO NÃO PROVIDO.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, a parte aponta violação dos arts. 7º, do CPC/2015; 18, II, h, da Lei Complementar 75/93; 133, 135 e 129, do ECA.

Sustenta, em síntese, que "*Necessário consignar que o Ministério Público, ora Recorrido, é parte no presente processo e como tal deve ser considerado. Feriu frontalmente a igualdade das partes no processo a abertura de vistas após findo o*

prazo para apresentação de seus memoriais, principalmente após a juntada dos memoriais pela Recorrente, não se tratando de caso em que haja a simples "intervenção" do Ministério Público; neste caso, o Ministério Público é parte, é Autor da Ação." (fl. 561) e que "Diante de tais fatos, está evidente a equivocada valoração dada a prova produzida, sendo dado maior valor a prova produzida diretamente ao Autor, ora Recorrido, durante o Inquérito Civil, sendo desprezada a prova produzida em Juízo, onde se respeitou os princípios do contraditório e da ampla defesa." (fl. 575).

Contrarrazões às fls. 584/586.

Parecer Ministerial às fls 646/654, opinando pelo insucesso da pretensão.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O recurso não prospera.

A matéria pertinente aos arts. 7º, do CPC/2015; 18, II, *h*, da Lei Complementar 75/93; e 129 do ECA, bem como as teses elencadas no apelo nobre, não foram apreciadas pela instância judicante de origem, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

De qualquer sorte, cumpre registrar que a mera indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que haja demonstração clara e objetiva de como o acórdão recorrido teria malferido a legislação federal, não enseja a abertura da via especial, devendo a parte recorrente demonstrar os motivos de sua insurgência, o que não ocorreu no caso em exame. Desse modo, a deficiência na fundamentação recursal inviabiliza a abertura da instância especial e atrai a incidência, por simetria, do disposto na Súmula 284/STF, segundo a qual é “*inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*”. Para ilustrar, sobressaem os seguintes precedentes: **AgRg no AREsp 83.629/DF**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 3/4/2012; **AgRg no AREsp 80.124/PB**, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 25/5/2012.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator